



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

**O RESPEITO À PLURALIDADE RELIGIOSA NO ENSINO
PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL: UM ESTUDO
EXPLORATÓRIO**

Aline Lopes da Trindade

Brasília

2017

ALINE LOPES DA TRINDADE

**O RESPEITO À PLURALIDADE RELIGIOSA NO ENSINO
PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL: UM ESTUDO
EXPLORATÓRIO**

Trabalho Final de Curso apresentado ao curso de Pedagogia, Faculdade de Educação, Universidade de Brasília, para obtenção do título de Licenciado em Pedagogia.

Orientador: Prof. Dr. José Zuchiwschi.

**BRASÍLIA – DF
NOVEMBRO 2017**

ALINE LOPES DA TRINDADE

**O RESPEITO À PLURALIDADE RELIGIOSA NO ENSINO PÚBLICO DO
DISTRITO FEDERAL: UM ESTUDO EXPLORATÓRIO**

Trabalho final de Curso apresentado ao curso de Pedagogia, Faculdade de Educação, Universidade de Brasília, para obtenção do título de Licenciado em Pedagogia.

Orientador: Prof. Dr. José Zuchiwschi

Comissão Examinadora:

Professor Doutor José Zuchiwschi (Orientador)
Faculdade de Educação/Universidade de Brasília

Professora Doutora Tatiana Yokoy de Souza (Examinadora)
Faculdade de Educação/Universidade de Brasília

Professor Doutor José Luiz Villar Mella (Examinador)
Faculdade de Educação/Universidade de Brasília

Brasília, 27 de novembro de 2017.

Dedico este trabalho às pessoas que já sofreram algum tipo preconceito religioso no âmbito escolar e se viram desamparadas; à minha família, por me ensinar o que é amor e respeito.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a natureza pelo dom da vida, gratidão as energias positivas que mantiveram minhas forças e minha mente sã, para que eu conseguisse chegar até aqui. À minha família, que formou a minha base para a vida, à minha avó, Dona Maria, por ser um exemplo de mulher, pois mesmo sofrendo com todo o machismo que a impediu de ser alfabetizada, soube educar seus filhos e os incentivou a buscar o saber. Aos meus pais, por terem investido na minha educação e por acreditarem no meu potencial, eu sou grata por me ensinarem a amar da forma mais singela, singular e pura. À Yasmin, por ter sido um exemplo de determinação e dedicação. Ao João sou grata por me fazer entender o verdadeiro significado da palavra família. Somos irmãos de alma. Aos meus amigos por estarem ao meu lado, me apoiando em cada escolha e pela paciência ao longo desses quatro anos. Vocês fazem com que eu me torne uma pessoa melhor a cada dia.

Sou grata às instituições em que tive a oportunidade de estudar. Vocês ajudaram a formar o meu caráter, a me tornar um ser questionador, em especial à Universidade de Brasília, que proporcionou excelentes profissionais da educação. Ao meu orientador, prof. Doutor José Zuchiwschi, por receber minhas ideias sempre de forma positiva e se disponibilizando a me auxiliar em qualquer circunstância, por partilhar tanto conhecimento conosco de forma tão singela e libertadora.

Agradeço também às instituições em que realizei meus estágios. Sou grata pelas oportunidades e principalmente por terem confiado em meu potencial. Sei que ofereci o meu melhor, buscando sempre conhecer mais. Às professoras (Socorro e Regina) que me receberam tão bem durante meu período de estágio no EduSesc. Me ensinaram muito, obrigada pelo trabalho lindo que vocês realizam. Sou grata também ao meu supervisor de estágio (Pedro) no Senado Federal por toda paciência e dedicação. Você me ensinou o que é ser um bom líder. Obrigada a todos que me ajudaram a crescer e amadurecer profissionalmente.

“Uma criança, um professor, um livro e um lápis podem mudar o mundo.”

Malala Yousafzai

SUMÁRIO

RESUMO	8
ABSTRACT	9
APRESENTAÇÃO	10
PARTE 1	11
MEMORIAL EDUCATIVO	12
PARTE 2	17
INTRODUÇÃO	18
1. REFERENCIAL TEÓRICO	19
1.1 A influência da Igreja na implantação do sistema público de ensino.....	20
1.2 Leis que regem o sistema educacional brasileiro	25
1.3 O multiculturalismo e a escola laica	27
2. JUSTIFICATIVA.....	31
3. OBJETIVOS	31
3.1 Geral	31
3.2 Específicos.....	32
4 METODOLOGIA DA PESQUISA	32
4.1 Conhecendo a instituição e sua comunidade	32
4.2 Participantes da pesquisa.....	33
5. RESULTADOS E DISCUSSÕES	34
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	37
PERSPECTIVAS PROFISSIONAIS	39
REFERÊNCIAS	40
PARTE 3	43
APÊNDICES.....	44
Apêndice 1: Termo de Consentimento Livre e Esclarecido	44
Apêndice 2: Questionário	45

RESUMO

O Estado é laico quando respeita todas as crenças religiosas, desde que não violem a ordem pública, da mesma forma que respeita aqueles que não possuem religião. Não deve aceitar imposições de instituições religiosas para que alguma lei seja aprovada ou vetada e nem que alguma política seja modificada por razão dos valores religiosos. A escola pública é laica e o Estado é laico. Portanto, o ensino religioso confessional não deve ser ofertado (nem mesmo em caráter facultativo), respeitando o ambiente escolar e não permitindo que esse modelo adentre nas outras disciplinas. Considerando a influência dessa temática sob a educação pública brasileira, foi realizada uma pesquisa exploratória com o objetivo de compreender de que forma o ensino religioso se faz presente e como os educadores lidam com essa temática dentro das salas de aula. Os resultados obtidos na pesquisa nos mostram que não há respeito à pluralidade religiosa dentro da instituição escolar pública, ferindo, assim, as leis educacionais que proíbem o proselitismo, reforçando o preconceito religioso e ainda mantendo ideais da educação jesuítica. Portanto, é necessário que os profissionais da educação busquem formação continuada voltada para esse tema, que está presente no ambiente escolar, para que ele possa ser trabalhado de forma libertadora, livre de preconceitos, e que busque formar cidadãos tolerantes e empáticos.

Palavras chave: Laicidade; Ensino Religioso Confessional; Ensino Religioso; Educação Pública; Pluralidade Religiosa.

ABSTRACT

The State is secular when it respects all religious beliefs, if these do not breach public order, just as it respects those who do not have religion. Must not accept the imposition of religious institutions for any law to be approved or vetoed nor that any policy be modified by reason of religious values. The public school is secular and the state is secular. Therefore, confessional religious teaching should not be offered (even on an optional basis), respecting the school environment and not allowing it to enter the other disciplines. Considering the influence of this theme under Brazilian public education, an exploratory research was carried out to understand how religious teaching is present and how educators deal with this theme within the classroom. The results obtained in the research show that there is no respect for religious plurality within the educational public institution, this hurts the educational laws that prohibit proselytism, reinforcing religious prejudice and still maintaining ideals of Jesuit education. Therefore, is necessary for education professionals to seek continuing education on this subject, which is present in the school environment, so that this theme can be worked in a liberating way, free, and seeks to form tolerant and empathetic citizens.

Keywords: Laicity; Confessional Religious Teaching; Religious Education; Public education; Religious Plurality.

APRESENTAÇÃO

Este trabalho se constitui como requisito para a conclusão do curso de Pedagogia, designado por Projeto 5, realizado na Faculdade de Educação (FE) da Universidade de Brasília (UnB). Enfatiza o multiculturalismo e a pluralidade religiosa existente no Brasil, lembrando o contexto histórico da companhia de Jesus no Brasil, que deu início à escolarização dos povos nativos. Busquei me basear nas leis educacionais e compreender de que maneira a formação dos pedagogos influenciam na abordagem da religião em sala de aula. O trabalho de campo foi delineado a partir da experiência do Projeto 4 (fase 1 e 2) do estágio obrigatório supervisionado em uma escola pública do Distrito Federal.

Conforme as diretrizes para elaboração do trabalho de fim de curso do projeto acadêmico do curso de Pedagogia, o presente documento está estruturado em três partes. A primeira parte é o memorial, que busca mostrar todo o percurso vivido nas instituições educacionais e de que forma esse tema influenciou a realização dessa pesquisa. Na segunda parte, a monografia desenvolve o estudo intitulado “*O respeito à pluralidade religiosa no ensino público do Distrito Federal: um estudo exploratório*” ele é formado pelo referencial teórico, onde busquei autores para dar base teoricamente às ações e propostas dos objetivos, a metodologia, a explanação de como foi realizada a pesquisa prática e os resultados que agregam a contribuição teórica com a execução da pesquisa, além das considerações finais, apresentação das perspectivas profissionais e referências. Na terceira, e última parte, tem-se os apêndices com os documentos utilizados para a realização da pesquisa, e o questionário utilizado.

PARTE 1

*“Todos esses que aí estão
Atravancando meu caminho, Eles
passarão... Eu passarinho!”*

Mario Quintana

MEMORIAL EDUCATIVO

Eu passarinho!

De um grande amor cheio de incertezas nasce em Brasília no dia 13 de maio de 1995 uma menina chamada Aline Lopes da Trindade. Posso afirmar que não vim de uma gravidez bem planejada, mas acredito que a surpresa maior foi para a minha irmã, pois ela estava bastante satisfeita em ser filha única. Nasci e fui criada em um bairro de classe baixa chamado “M Norte”, localizado em Taguatinga. Vivíamos bem e, mesmo com algumas dificuldades, meus pais sempre tinham como prioridade nosso ensino. Logo, boa parte dos meus estudos foi realizado em escola particular, o que era um grande diferencial no bairro onde moro, pois muitas famílias passam dificuldades e não têm condições de manter seus filhos em uma escola paga.

No segundo semestre de 1997, aos dois anos e meio, comecei a frequentar uma pequena escola de educação infantil, montada em um lote residencial, chamada “Pir Lim Pim Pim”. Me adaptei bem ao ambiente escolar e fiquei lá por quatro anos, cursando o maternal 1 em 1997, maternal 2 em 1998, jardim 1 em 1999, jardim 2 em 2000 e, por fim, o jardim 3 em 2001, ano em que fui alfabetizada e, na formatura, oradora da turma. Para ser sincera, não tenho muitas recordações do dia a dia na escola, mas me lembro de algumas professoras, estagiárias e atividades que marcaram bem a minha infância de forma bastante positiva.

Em 2002 estava em uma escola nova chamada CEMAR (Centro Educacional Santa Maria Rosa Molas). Era uma escola Católica, criada em 2000 pela congregação de irmãs de Nossa Senhora da Consolação. Vivenciei muitas novidades, começando pelo horário de entrada na escola. Antes de irmos para as respectivas salas, todos os alunos eram reunidos no pátio da escola para fazer oração, cantar algumas músicas, ouvir algum recado e conversar sobre a campanha da fraternidade, campanha realizada todo ano pela Igreja Católica. A obrigatoriedade do ensino religioso foi outro diferencial, sendo trabalhado sempre em sala de aula a ética, a cidadania, o respeito ao próximo. Além disso, estudávamos outras religiões através de trabalhos individuais e em grupo. Um

desses trabalhos me marcou bastante. Estava cursando a terceira série (atual quarto ano) e fiquei responsável por pesquisar sobre o Islamismo. Eu amei conhecer uma nova religião, sua história, suas crenças, a cultura e, principalmente, comparar as diferenças com o Catolicismo. Além disso, a participação da minha família durante a construção do trabalho e o compartilhamento com a turma sobre tudo o que aprendi e descobri foi bastante gratificante.

Por ser uma escola pequena, o contato entre a equipe gestora e os alunos era diário. Eles buscavam conhecer bem a história de vida de cada um. Lembro-me da época mais difícil que enfrentei na minha infância, quando meus pais estavam se separando. Tive todo o apoio necessário para enfrentar de forma mais equilibrada esse momento. O que me encantava nessa escola eram as constantes viagens que as freiras faziam. Todos os meses chegavam freiras novas, vindas de diferentes lugares do mundo, principalmente de Moçambique. Essas traziam músicas, brincadeiras, livros e filmes para nos apresentar. Eram momentos inesquecíveis. No colégio CEMAR, fiquei de 2002 até 2009, quando concluí o ensino fundamental. Durante esses sete anos, fiz muitas amizades (que duram até hoje), tive as primeiras paixões, me formei como ser humano, cresci e aprendi muito!

Em 2010 estava passando para um novo ciclo. Estava bastante ansiosa para viver o tão sonhado ensino médio. Por motivos financeiros, meus pais me matricularam no CEMTN (Centro de Ensino Médio de Taguatinga Norte) por ser uma escola classificada como modelo. Meus pais acreditavam que o ensino seria excelente. Porém, não me adaptei bem à escola, pois era uma realidade totalmente diferente de tudo o que eu já tinha vivido. A transição do ensino fundamental para o ensino médio costuma ser complicada e sair de uma escola privada e com poucos estudantes para uma escola da rede pública com muitos alunos foi um choque. Entrei em desespero e durante as primeiras semanas me isolava de todos. Era tão difícil crescer. Fiz poucas amizades, que infelizmente não duraram muito.

O dia a dia na escola era complicado: professores que faltavam, as constantes brigas entre alunos de diferentes escolas na hora da saída e a ausência de professores em algumas disciplinas. Isso me fazia enxergar apenas

o lado negativo da escola. Além de não conseguir obter nota suficiente nas avaliações e nos trabalhos, não aprendia o conteúdo e me sentia completamente perdida, sem apoio algum da instituição. A escola no período da tarde era reservada apenas para o primeiro ano do ensino médio, que começava na letra “A” e terminava na letra “R”, de 35 a 40 alunos em cada uma dessas turmas, isso me fez perceber a falta de controle da gestão sobre os alunos e tudo o que acontecia dentro da escola. Porém, hoje com toda a minha vivência, percebo também o quanto não soube aproveitar os verdadeiros profissionais dedicados que buscavam, de fato, nos ensinar e que se preocupavam com os estudantes. Além disso, perdi grandes oportunidades de participar de projetos que eram desenvolvidos pelos educadores na escola.

No mesmo ano, fui transferida para uma nova escola, que era novamente particular e católica. Fui para o CECB (Centro Educacional Católica de Brasília) em agosto, no início do terceiro semestre. Entrei na escola com bastante dificuldade de acompanhar a turma, pois estava extremamente atrasada em relação aos conteúdos. Naquela turma, tinha uma grande amiga, amizade essa que vinha desde o colégio CEMAR, que me ajudou muito! Ia para a casa dela e passávamos várias horas estudando. Ela me ensinou como funcionava a escola, principalmente as avaliações, pois era o único meio de avaliar o aluno. Até hoje, para ser bem sincera, não sei como fui aprovada naquele ano, pois vinha com um grande déficit nos conteúdos, até mesmo nos básicos, que acabavam refletindo no ensino médio. Concluí o primeiro ano e fiz a primeira etapa do PAS (Programa de Avaliação Seriada). Minha nota não foi uma das melhores, mas também não fui tão mal assim. Porém, mesmo realizando o PAS, ainda não tinha decidido qual curso iria realizar. Passei a minha infância toda querendo fazer odontologia e já no ensino fundamental pensei em educação física. Porém, no Ensino Médio, não tinha a certeza de nada. Estava completamente perdida com relação a qual curso seguir.

Ingressei no segundo ano, mas, no final de 2012, quando estava estampada para todos da escola a minha reprovação, esse foi o ano que me fez acordar. Naquele momento, em que me vi passando por uma reprovação, foi quando pensei muito na minha vida, em toda a minha trajetória escolar, tentei encontrar algum lado positivo naquela situação e não encontrei. Eu me vi

buscando forças para realizar novamente o segundo ano, mesmo vendo todos os meus amigos empolgados com formatura e festa. Sentia vergonha de mim por não ter me doado mais, por não ter sido grata ao esforço que meus pais tiveram em me manter em uma escola de “elite”, por não ter sido capaz. Dei continuidade ao PAS em um novo subprograma, como se eu não tivesse feito o primeiro ano e começasse do zero. Foi durante o meu segundo ano que comecei a realizar testes vocacionais, a buscar informações com os profissionais da escola, que tiravam todas as dúvidas sobre a Universidade de Brasília e aos cursos. O meu último ano do ensino médio foi bastante tranquilo e já estava decida com o curso de Pedagogia. Minha família me deu todo o apoio para realizar o curso, o que me ajudou bastante.

Em janeiro de 2014 saiu o resultado do PAS e eu havia conseguido passar. Fui aprovada na Universidade de Brasília. A partir desse momento, comecei a sentir o preconceito por parte de colegas de escola e até mesmo de alguns parentes por ter escolhido a Pedagogia. Porém, em nenhum momento deixei que isso abalasse a minha felicidade. Estava decidida com o meu curso e eu só conseguia me sentir muito grata a tudo. Era uma nova fase que eu estava muito ansiosa para começar principalmente para esquecer a rotina do ensino médio que tanto nos pressionava para passar no vestibular. Queria sentir a universidade, fazer novos amigos e aprender muito.

Durante esses quatro anos na Faculdade de Educação, não tive dificuldades, sempre me identificava com as disciplinas, os trabalhos em grupo, as atividades, os jogos, os seminários, as pizzas na aula de matemática. Era tudo incrível e único. Nas aulas de Projeto 2, com o professor Renato Hilário, tive a oportunidade de conhecer as diversas áreas da pedagogia e acabei me encantando com a EJA (Educação de Jovens e Adultos), o que nunca havia passado pela minha cabeça. Hoje quero lecionar na área.

O curso de pedagogia me fez enxergar muitas coisas que eu não via, me fez refletir sobre coisas que nunca passaram pela minha cabeça, me fez buscar sempre o melhor de mim, e ver a vida da forma mais singela e bonita! Mas nem sempre foi tudo maravilhoso. Os primeiros estágios me faziam repensar e até duvidar da minha capacidade na pedagogia. O quanto era difícil realizar tudo

aquilo que estudávamos em sala de aula, trazer a teoria para a prática, e o quanto era frustrante não conseguir.

No entanto, ao realizar uma das experiências mais importantes da minha formação profissional, pude perceber o quanto a pedagogia é gratificante. Durante o estágio realizado no EDUSESC (Educação do Serviço Social do Comércio), tive apoio de grandes profissionais que me permitiram desenvolver todo meu aprendizado no dia a dia dos estudantes. Tive o contato direto com a vivência da escola, os alunos, as professoras e a gestão. Aproveitei ao máximo todos os recursos oferecidos pela instituição e sou eternamente grata por essa grande oportunidade.

Eu me sinto privilegiada por estudar na Universidade de Brasília, conhecer grandes mestres e doutores, verdadeiros educadores que me auxiliaram e me fizeram chegar até aqui. Olhar para trás e ver o quanto cresci, em todos os aspectos, todo o conhecimento adquirido e o amor pela minha profissão é gratificante. E agora entendo o quanto era necessário todo o caminho que percorri para me tornar o que hoje sou! Eu passarinho...

PARTE 2

“Um dos maiores danos que se pode causar a uma criança é levá-la a perder a confiança na sua própria capacidade de pensar”

Emília Ferreira

INTRODUÇÃO

O Brasil é um país com o território muito extenso, sofreu grandes influências em sua cultura com a chegada dos europeus, povos africanos que foram escravizados e posteriormente imigrantes vindos de diferentes lugares do mundo. Logo, o Brasil possui uma grande diversidade cultural e o respeito a essas diversidades é fundamental.

Como se chega a Deus no Brasil? Aqui, como em outros lugares, temos uma religião dominante e que até 1890 era oficial (DaMatta, 1991, p.113). No entanto, a pluralidade religiosa no Brasil é enorme. Segundo uma pesquisa realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2010, 64,6% da população brasileira é Católica; 22,2% é Evangélica; 2% Espírita; 0,3% Umbanda e Candomblé; 8% não possui religião; 2,7% possuem outras religiosidades; e 0,1% não sabe ou não declarou resposta.

Essa temática tão importante deveria ser abordada com delicadeza nas instituições de ensino, principalmente nas instituições públicas de ensino, uma vez que a escola pública laica é própria do Estado laico. À vista disso, é fundamental que o educador busque o conhecimento necessário para trabalhar esses conteúdos, estando livre de preconceitos religiosos, para que não ocorra nenhum tipo de exclusão dos seus estudantes por suas crenças.

É necessário que o educador tenha consciência da importância de se trabalhar com essa temática de forma a acabar com a “reprodução da dominação existente no sistema social que valoriza o individualismo e que promove a desvalorização das pessoas pertencentes a grupos minoritários ou indefesos” (URBAN; LUPORINI, 2015, p.97). Com isso, o educador pode auxiliar os estudantes na construção da sua identidade como afirma Candau (2000, p.11 *apud* URBAN; LUPORINI, 2015, p.98)

Todo trabalho em Educação em Direitos Humanos tem de começar por “empoderar” esse sujeito para construir um processo afirmativo da sua identidade, seja ela pessoal, étnica, seja sua identidade de gênero, ou social, mas na construção de uma identidade positiva é fundamental nos processos de educação em Direitos Humanos. (CANDAU, 2000, p.11)

Portanto, é importante analisar como essa temática está sendo desenvolvida em sala de aula, buscando respeitar os estudantes como seres críticos e, principalmente, como a formação dos educadores e a busca pelo

aprimoramento referente a esses conteúdos têm ajudado a realizar trabalhos educativos adequados nas instituições públicas de ensino.

1. REFERENCIAL TEÓRICO

O preconceito religioso existe e cerca lugares menos prováveis, como o ambiente escolar, por exemplo, que deveria ser um local acolhedor e livre de preconceitos, mas pode se tornar um ambiente opressor e preconceituoso. Moreira e Candau (2008) trazem relatos vividos por crianças que sofreram intolerância religiosa na escola por não seguirem as religiões predominantes no Brasil. Um dos relatos trazidos no livro é de uma criança com apenas 13 anos que diz ser do candomblé, “mas na escola não entro com meus colares e guias, digo que sou católica porque na escola sinto vergonha”. Isso nos mostra o quanto o ambiente escolar pode reforçar o preconceito religioso e também outras formas de preconceito. Segundo Cavalleiro (2000)

Tem-se a ideia de que não existe racismo, principalmente por parte dos professores, por isso não se fala dele. Por outro lado, há a vasta experiência dos professores em ocultar suas atitudes e seus comportamentos preconceituosos, visto que estes constituem uma prática condenável do ponto de vista da educação. (CAVALLEIRO, 2000, p.32)

É fundamental que o educador tenha em mente que, dentro do ambiente escolar, eles irão receber crianças seguidoras de diversas religiões e até mesmo sem religião. Com isso, o respeito à diversidade religiosa deve vir acima de tudo. Caputo (2008, p.174) defende “uma escola pública laica, onde não haja ensino religioso de nenhuma forma” discordando do que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) instituiu. Para ela, os métodos abordados em sala de aula pelos professores ao tratarem o ensino religioso são questionáveis principalmente quando buscam converter os estudantes, acreditando que a sua fé é a verdade absoluta. Porém, quando questionados sobre estas práticas os professores acreditam que estão apenas passando valores.

De acordo com Caputo (2008),

Com tudo o que vimos, talvez não seja tão difícil entender por que religiões como umbanda e candomblé estão perdendo adeptos. Segundo o IBGE, entre 1991 e 2000, houve uma perda de 20% das religiões afro-brasileiras no Brasil. Para mim, essa perda pode revelar que sim, muitos candomblecistas, de fato, estão abandonando sua religião ou que muitos continuam praticando a religião, mas escondendo-a e se dizendo católicos.

Penso que para uma ou outra hipótese, a causa seja a discriminação das religiões afro-brasileiras que ainda existe, e muito, no Brasil. (CAPUTO, 2008, p.178)

Veremos a seguir de que forma a educação no Brasil sofreu influência direta da igreja Católica.

1.1 A influência da Igreja Católica na implantação do sistema público de ensino

Para compreender o elo existente entre a religião e o sistema educacional brasileiro, faz-se necessário retomar o contexto histórico do país, com a chegada dos primeiros padres Jesuítas, influenciando diretamente a educação no Brasil. Os jesuítas foram os responsáveis pelo ensino brasileiro durante 210 anos. Os objetivos iniciais dos Jesuítas eram a missionação, conversão e conquista das almas.

A educação feitas por jesuítas surge depois, sob pressão das elites brasileiras. Através da educação, eram transmitidos os valores cristãos. Os Jesuítas educavam catequisando e catequisavam educando, através das virtudes e letras. Surgiram assim dois tipos de ambientes escolares: os chamados “aldeamentos”, dedicados à educação e à catequização, e os colégios jesuítas, que, por sua vez, cuidavam da educação dos filhos da elite colonial. Todos os colégios jesuítas foram fundados a pedido das elites locais, que contribuíam financeiramente para patrocinar esses colégios. Há pouca documentação sobre a presença de índios nos colégios jesuítas, porém, nas aldeias, havia um ensino generalizado.

A base para a colonização portuguesa no Brasil foi a escravidão e a dominação religiosa, tendo a Igreja Católica como fiadora ideológica da Monarquia. A religião, para os brancos dominantes, era uma forma de poder perante os índios e negros. A companhia de Jesus realizava engenhosos procedimentos durante a catequização, que se baseavam na mudança de certos elementos da cultura indígenas, buscando aproximá-los do Catolicismo.

Segundo Paiva (2000, p.44-45) “a sociedade portuguesa tinha uma estrutura rígida, centrada na hierarquia, fundada na religião. Hierarquia e religião eram princípios inadiáveis em qualquer situação”. Com isso, o colégio católico “moldava” o estudante para que, posteriormente, viesse a desempenhar o papel

de vigilante cultural, de modo que a prática católica conseguisse ser renovada sempre. Para propagar esses valores através da educação, utilizavam o *Ratio Studiorum*, um método pedagógico estruturado em um conjunto de normas. De acordo com Paiva (2000, p.50), o “princípio estrutural é a autoridade hierarquizada – Deus como princípio e fim – do que decorrem a centralização, a uniformidade e a invariância. A disciplina se torna, aí instrumento capital: disciplina de costumes, disciplina acadêmica, disciplina ascética.”

Logo, podemos perceber que a educação no Brasil se inicia com uma proposta centrada na religião. Durante o período monárquico, existia uma relação muito estreita entre a religião e o Estado. Isso passou a ser modificado com Dom José I, que assumiu o trono português, e o seu primeiro ministro, Marques de Pombal, que comandou o país de 1750 a 1777. As diversas reformas criadas por Marques de Pombal sofreram grandes influências do movimento iluminista.

Para o ideal iluminista, a nova sociedade exige um novo homem que só poderá ser formado por intermédio da Educação. Assim, apesar de o ensino jesuítico ter sido útil às necessidades do período inicial do processo de colonização do Brasil, já não consegue mais atender aos interesses dos Estados Modernos em formação. Surge, então, a idéia de Educação pública sob o controle dos Estados Modernos. Portanto, a partir desse momento histórico, o ensino jesuítico se torna ineficaz para atender às exigências de uma sociedade em transformação. (MACIEL & NETO, 2006, p.471).

No dia 3 de setembro de 1759, Marques de Pombal criou uma lei determinando a expulsão dos Jesuítas de Portugal e de todos os seus domínios. Foram criadas as chamadas “reformas pombalinas” na educação, buscando substituir o sistema de ensino dos padres da “companhia de Jesus”. Com o objetivo de fortalecer o Estado e o poder do rei, um dos objetivos da reforma pombalina na educação, segundo Haidar (1973) foi:

[...] criar a escola útil aos fins do estado, e nesse sentido, ao invés de preconizarem uma política de difusão intensa e extensa do trabalho escolar, pretenderam os homens de Pombal organizar a escola que, antes de servir aos interesses da fé, servisse aos imperativos da Coroa. (HAIDAR, 1973, p.38)

Para Ribeiro (1998), fica claro que as reformas pombalinas buscavam transformar Portugal em uma metrópole capitalista, despertando mudanças no Brasil, enquanto colônia, com a finalidade de adequá-lo às novas mudanças em

Portugal. Visava-se alcançar a Inglaterra, que já era capitalista há mais de um século.

O professor inventor, na criação dos estatutos pombalinos, tornou-se um dos personagens essenciais para a educação. Este deixava de ser o professor que apenas explicava o conteúdo para se tornar o professor que investiga, que traz para a sala de aula suas descobertas e as descobertas de outros estudiosos também. Antes da reforma, haviam apenas quatro faculdades: teologia, direito civil, direito canônico e a medicina. Foram criadas posteriormente duas outras faculdades: filosofia e matemática.

No período pombalino, o professor não podia dar aulas sem antes ser submetido a uma avaliação que comprovasse sua capacidade para poder ensinar. Em 1772, foi criado um novo sistema chamado “aulas régias”, tendo como imagem principal o “professor régio”, que possuía o estatuto de nobre pago pela coroa portuguesa e era concursado. O “professor régio” ensinava em sua casa ou em alguma sala uma disciplina específica, sendo essa uma das principais diferenças com relação às escolas jesuíticas, onde diferentes professores lecionavam várias disciplinas.

Porém, a mudança na educação foi difícil e muito lenta. O novo modelo de ensino (laico e estatal) demorou a ser executado. Ao longo de dez anos, nem Portugal e nem o Brasil contemplaram o novo sistema, substituindo o que fora criado pela companhia de Jesus. Além disso, a ausência de professores com formação adequada para a nova reforma e a carência de recursos faziam com que muitos professores, que haviam se formado pela companhia de Jesus, prosseguissem exercendo sua profissão no novo período.

Com a expulsão dos jesuítas, para Holanda (1989):

[...] a instrução pública em Portugal e nas colônias, foi duramente atingida. Desapareceram os colégios mantidos pela Companhia de Jesus que constituíam então os principais centros de ensino. Urgia, portanto, a adoção de providências capazes de, pelo menos, atenuar os inconvenientes da situação criada com as drásticas medidas administrativas de Sebastião de Carvalho e Melo. O terreno para a implantação de novas idéias pedagógicas, entretanto, já havia sido preparado, com vária

sorte, pelos esforços isolados de alguns homens de ciência e de pensamento, entre os quais figuravam o singular Luís Antônio Verney e os padres da Congregação do Oratório de São Felipe Néri. (HOLANDA, 1989, p.80-81)

Segundo Teixeira Soares, mais importante do

[...] que a reforma e modernização da Universidade de Coimbra foi o Alvará de 06 de novembro de 1772, que institui o ensino popular a ser dado nas escolas públicas. Pombal não ficou apenas no texto da lei. Passou de imediato à fundação de escolas, que deveriam completar um total de 479. A lei determinou que o ensino popular poderia também ficar a cargo de particulares, que para tanto contariam com apoio do Estado no prelecionamento das seguintes matérias: ortografia, gramática, aritmética, doutrina cristã e educação social e cívica ('civildade'). O ensino secundário daria ênfase especial ao latim, grego e francês. Ao mesmo tempo em que cuidava do ensino popular, fundou o 'Colégio dos Nobres', seminário dedicado à educação de filhos da nobreza; e, para manter o equilíbrio social e educacional, fundou também o Colégio de Mafra, destinado à educação dos plebeus, com programa idêntico ao reservado aos filhos da nobreza. [...] O primeiro-ministro criou um imposto especial destinado à manutenção e ampliação das escolas fundadas (lei de 10 de novembro de 1772). (TEIXEIRA SOARES, 1961, p.218)

Vale ressaltar que, mesmo com as propostas oficiais, as reformas pombalinas não chegaram a serem executadas. Houve um extenso período, entre 1759 e 1808, de grande declínio na educação na colônia e de grande desorganização. Consequentemente,

[...] a expulsão dos jesuítas em 1759 e a transplantação da corte portuguesa para o Brasil em 1808, abriu-se um parêntese de quase meio século, um largo hiatus que se caracteriza pela desorganização e decadência do ensino colonial. Nenhuma organização institucional veio, de fato, substituir a poderosa homogeneidade do sistema jesuítico, edificado em todo o litoral latifundiário, com ramificações pelas matas e pelo planalto, e cujos colégios e seminários forma, na Colônia, os grandes focos de irradiação da cultura. (AZEVEDO, 1976, p.61)

Ao longo da administração do Marques Pombal, ele culpou todos os problemas enfrentados pela educação, tanto na metrópole quanto na colônia, à educação jesuíta. Para Maciel e Neto (2006, p.475):

O novo, presente na sociedade, está inspirado nos ideais iluministas e é dentro desse contexto que Pombal, na sua condição de ministro, buscou empreender uma profunda reforma

educacional, ao menos formalmente. Nos propósitos transformadores, estavam previstas algumas mudanças. A metodologia eclesiástica dos jesuítas foi substituída pelo pensamento pedagógico da escola pública e laica; criação de cargos como de diretor de estudos, visando a orientação e fiscalização do ensino; introdução de aulas régias, isto é, aulas isoladas, visando substituir o curso de humanidades criado pelos jesuítas. Todas essas propostas foram frutos das condições sociais da época, a partir das quais, Pombal pretendia oferecer às escolas portuguesas condições de acompanhar as transformações de seu tempo. Nesse sentido, as novas propostas educacionais dele refletiam e expressavam o ideário do movimento iluminista. (MACIEL E NETO, 2006, p.475)

E ainda completa afirmando que:

No Brasil, entretanto, as conseqüências do desmantelamento da organização educacional jesuítica e a não-implantação de um novo projeto educacional foram graves, pois, somente em 1776, dezessete anos após a expulsão dos jesuítas, é que se instituíram escolas com cursos graduados e sistematizados. (Maciel e Neto, 2006, p.475)

Podemos concluir que a reforma de ensino pombalino foi um grande fracasso para a educação brasileira, pois anularam uma gestão educacional já duradoura, mas não criaram uma reestruturação na qual pudéssemos ter um novo sistema educacional.

Segundo Cunha (2017), a educação brasileira continuou tendo o ensino de religião nas escolas. A população que era livre, o Estado construiu um edifício educacional escolar, tendo início primeiramente as instituições de ensino superior e posteriormente o ensino secundário.

O ensino primário, para a elite, era aplicado em estabelecimentos exclusivos ou em casa com professores particulares. O ensino primário, para o povo, era ministrado em estabelecimentos públicos e privados em menor quantidade.

A religião estava presente nos currículos das instituições públicas e, principalmente, privadas especialmente se estas eram mantidas por instituições religiosas. Segundo Cunha (2017):

No Colégio Pedro II, no Rio de Janeiro, estabelecimento público de ensino secundário, havia aulas de religião e práticas

religiosas previstas nos regulamentos, dirigidas por um capelão residente. No Colégio Caraça, em Minas Gerais, estabelecimento religioso lazarista, o isolamento era típico de convento – os alunos vestiam batina e seu dia era demarcado pelas práticas religiosas. Por esses dois estabelecimentos de ensino passaram deputados, senadores, presidentes de província e ministros de Estado. (CUNHA, 2017, p.78-79)

A religião presente nas escolas públicas para o povo era na forma de catecismo ou doutrina cristã lecionadas pelo professor.

O Catolicismo era conteúdo obrigatório nas escolas públicas para todos os estudantes. O artigo 5º da Constituição Imperial de 1824 definia que a Religião Católica Apostólica Romana continuaria a ser a Religião do Império. Todas as outras Religiões seriam permitidas com seu culto doméstico, ou particular em casas para isso destinadas, de forma alguma no exterior do Templo. No período do Império brasileiro, a Constituição Política do Império do Brasil de 1824 mostrou como foi a mudança de fato, mesmo a religião católica sendo determinada como a religião oficial do Império.

1.2 Leis que regem o sistema educacional brasileiro

A legislação no campo educacional refere-se aos processos de formação que ocorrem nas escolas, bem como em outras instituições sociais, como a família, a igreja, os grupos comunitários, entre outros. A legislação educacional pode ser reguladora e regulamentadora. A lei reguladora é expressa através de leis federais, estaduais ou municipais. A lei regulamentadora é voltada para a prática na educação, ou seja, busca estabelecer normas sobre a aplicação da lei, procurando medidas para o andamento dos serviços educacionais.

A Lei nº 9.394/1996 estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Seu artigo 3º se refere aos princípios básicos a serem oferecidos na educação. Dentre eles, podemos destacar a

- I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;
- III - pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas;
- IV - respeito à liberdade e apreço à tolerância;

VIII - gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino;

IX - garantia de padrão de qualidade;

X - valorização da experiência extra-escolar;

XI - vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais.

Portanto, é fundamental que a escola trabalhe de forma igualitária entre os estudantes, para que eles sintam a liberdade de ser tanto dentro como fora da escola. A liberdade de aprender, de pesquisar e divulgar a cultura nos reforça a ideia da pluralidade religiosa que ocorre em todo o país e que deve ser respeitada, criando um vínculo entre o mundo externo em que a criança vive e o ambiente escolar. Educadores que reforçam sua religião dentro da instituição pública não estão garantido um ensino de qualidade, uma vez que seus estudantes são indivíduos culturalmente diferentes, que vivenciam outras religiões e que precisam ser respeitadas.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, no capítulo 2, na seção III, está voltada para o Ensino Fundamental. O artigo 32, inciso IV, fala sobre “o fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social.” Portanto, é fundamental que a escola crie esse vínculo com a comunidade, para que, juntos, possam trabalhar a igualdade e o respeito ao próximo, buscando erradicar o preconceito religioso que também acontece dentro do ambiente educacional.

No artigo 33, “o ensino religioso, de matrícula facultativa, é parte integrante da formação básica do cidadão e constitui disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental, assegurado o respeito à diversidade cultural religiosa do Brasil, vedadas quaisquer formas de proselitismo.” Portanto, por lei, é garantido o respeito à pluralidade religiosa, sendo proibida a prática de buscar converter pessoas em favor de alguma religião, doutrina ou ideologia.

A Lei nº 13.005/2014 é referente ao Plano Nacional de Educação (PNE). Em seu artigo 2º, traz a diretrizes do PNE, entre elas a

III - superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação;

V - formação para o trabalho e para a cidadania, com ênfase nos valores morais e éticos em que se fundamenta a sociedade;

VI - promoção do princípio da gestão democrática da educação pública;

VII - promoção humanística, científica, cultural e tecnológica do País;

X - promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental.

Logo, é de extrema importância buscar erradicar o preconceito em qualquer forma, além de reforçar os valores morais e éticos em que a nossa sociedade se fundamenta. Deve-se respeitar as diferenças e não reforçar valores especificamente baseados em alguma religião. A educação precisa ser humana e buscar acolher a todos.

1.3 O multiculturalismo e a escola laica

Segundo Valente (2015) podemos afirmar que:

A religião/religiosidade está no interior dos estabelecimentos escolares [...] assim, não é de grande utilidade fechar os olhos para isso. Seria, ao contrário, oportuno admitir a existência de tal componente cultural nas escolas e aproveitar essa presença fazendo dela uma oportunidade para desvelar os preconceitos e/ou as intolerâncias e para promover reflexões sobre a temática (VALENTE, 2015, p.92)

As escolas, em geral, buscam manter uma relativa padronização fazendo-se presente o caráter homogeneizador e monocultural, o que Forquin (1993) denomina como cultura escolar e cultura da escola. Porém, a necessidade de finalizar essa padronização e de buscar práticas educativas que incentivem os estudantes a conhecer e respeitar o multiculturalismo se faz presente em nossa sociedade. Segundo Perez Gómez (2001), a escola deve ser elaborada como um ambiente de cruzamento de culturas. Porém, vemos ainda uma grande dificuldade em tratar as diferenças e a pluralidade. Segundo Moreira e Candau (2003), a escola

Tende a silenciá-las e neutralizá-las. Sente-se mais confortável com a homogeneização e a padronização. No entanto, abrir espaços para a diversidade, a diferença e para o cruzamento de culturas constitui o grande desafio que está chamada a enfrentar (MOREIRA e CANDAU, 2003, p.161).

As relações interétnicas estão presentes em nossa sociedade desde o início da nossa história, marcada por muita luta e sofrimento, principalmente, dos grupos indígenas e afro descendentes. Negar e silenciar nossa construção sociocultural reforça a cultura hegemônica nas escolas.

Segundo Candau (2008), duas concepções estão voltadas para o multiculturalismo: a concepção descritiva, declara que o multiculturalismo uma característica das sociedades, e a propositiva que utiliza o multiculturalismo não apenas como um dado da realidade, mas como uma maneira de transformar a dinâmica social. Em seguida ela cita três abordagens que formam a base da perspectiva propositiva: o multiculturalismo assimilacionista, multiculturalismo diferenciado e o multiculturalismo interativo.

A abordagem assimilacionista afirma que vivemos em uma sociedade multicultural, porém preconceituosa, onde os grupos das minorias (indígenas, negros, homossexuais, entre outros) sofrem com as desigualdades vindas da classe média ou alta. Essa abordagem defende que todas as classes se incorporem na sociedade e conseqüentemente integrem à cultura hegemônica. Com foco na educação, essa abordagem oferece uma política de universalização escolar, mantendo o caráter monocultural e homogeneizador no dia a dia das escolas. Dessa forma, é reafirmada uma cultura comum que anula crenças, valores e saberes pertencentes a grupos vulneráveis.

O multiculturalismo diferenciado busca enfatizar o reconhecimento das diferenças, pois dessa forma são garantidos espaços particulares e específicos para que possam manifestar-se de maneira livre e grupal, buscando preservar suas raízes históricas. Na realidade, isso não houve na prática. Candau (2008) existiria um “apartheid sociocultural”. Segundo Candau (2008): “Estas duas posições são as mais presentes nas sociedades atuais. Algumas vezes convivem de maneira tensa e conflitiva. São elas que em geral são focalizadas nas polêmicas sobre a problemática multicultural” (CANDAU, 2008, p.22)

Faço das palavras de Candau (2008) as minhas

As relações culturais não são idílicas, não são relações românticas, elas estão construídas na história e, portanto, estão atravessadas por questões de poder, por relações fortemente hierarquizadas, marcadas pelo preconceito e discriminação de determinados grupos. (Candau, 2008, p. 23)

Conseqüentemente, a perspectiva intercultural seria ideal para uma sociedade multicultural, pois propõe um multiculturalismo livre e participativo. Dessa forma, no multiculturalismo interativo, é proporcionada uma educação que reconhece o “outro”, buscando a interação entre os diferentes grupos sociais e culturais de forma respeitosa, sem reduzir um grupo ao outro. As questões sobre o multiculturalismo recentemente estão sendo incluídas nos cursos de licenciatura, ainda de maneira casual, por alguns/poucos professores.

No cotidiano escolar, a religião está presente de forma irregular, ao se rezar antes de entrar em sala de aula, ou antes do lanche, na comemoração de datas religiosas, no uso de textos religiosos como material pedagógico, ferindo diretamente a lei. É bastante comum que estes professores justifiquem o uso da religião para amenizar a violência. Porém, compreendemos que, para combater a violência, é necessário trabalhar a empatia, respeito e a tolerância. A “religiosidade faz parte das experiências mais profundas do indivíduo de modo que ele nem sempre percebe que opera a partir de pontos de vista religiosos” (VALENTE, 2015, p.92) violando assim a laicidade do Estado.

A escola é uma instituição cultural onde ocorre o encontro de diferentes crenças. Logo, a convivência dessas diferenças poderia ser trabalhada nas escolas de forma positiva e enriquecedora para os estudantes, criando assim um grande elo, unido pela reciprocidade e respeito ao próximo.

Uma das maiores dificuldades que a escola possui é ter que lidar com a pluralidade e a diferença. Muitas vezes, são buscados meios para silenciar e neutralizar esses contrastes, como a homogeneização, padronização e o caráter monocultural. Segundo os autores Stephen Stoer e Cortesão (1999, p. 56), quando pensamos na perspectiva multicultural, podemos afirmar que o mundo é um “arco-íris de cultura” (SANTOS, 1995, *apud* STOER; CORTESÃO, 1999). Logo, quando não se busca conhecer a diversidade cultural, constitui-se uma espécie de “daltonismo cultural”. Segundo Candau (2008),

O daltonismo cultural tende a não reconhecer as diferenças étnicas, de gênero, de diversas origens regionais e comunitárias ou a não colocá-las em evidência na sala de aula por diferentes razões: a dificuldade e falta de preparo para lidar com estas questões, o considerar que a maneira mais adequada de agir é centrar-se no grupo “padrão”, ou, em outros casos, por, convivendo com a multiculturalidade quotidianamente em diversos âmbitos, tender a naturalizá-la, o que leva a silenciá-la e não considerá-la como um desafio para a prática educativa. (CANDAUI, 2008, p. 27-28)

Os educadores, por sua vez, possuem o papel de mediadores na construção das relações interculturais, principalmente, quando surgirem conflitos. O desafio é buscar o reconhecimento entre os diferentes, sem estereótipos ou caricaturas.

Segundo Valente (2015) a linguagem não é neutra, pois ela está submersa em valores. Ao trabalhar a religiosidade pautada em interesses pessoais, o educador pode tentar impor suas crenças aos estudantes, ferindo as leis educacionais. Não pode existir a exigência de se trabalhar a religião no ambiente escolar. A escola pública é para todos. O respeito à pluralidade religiosa pode ser construído pedagogicamente, tornando-se essencial ensinar a conviver com as diferenças, principalmente em um país diverso como o Brasil.

De acordo com Cavalcanti (2011)

O fato de existir uma disciplina no currículo escolar direcionada para o fenômeno religioso põe sem dúvida para o currículo a questão do multiculturalismo, pois a possibilidade de surgir preconceitos contra alunos e alunas de denominações ou movimentos religiosos minoritários ou social e historicamente postos à margem é concreta. A escola pode vir a ser um campo de exclusão a partir da perspectiva religiosa, determinando o que é legítimo ou não com relação a conteúdos, práticas, crenças e valores a ser ensinados na disciplina em questão. (CAVALCANTI, 2011, p.178)

Portanto, essa preocupação surge principalmente quando a instituição passa a trabalhar a religião de forma exclusiva a uma crença dentro das salas de aula. É necessário reforçar que a sala de aula não é um local apropriado para trabalhar a religião de maneira doutrinária, confessional ou interconfessional e sim de forma secular. A laicidade e a tolerância caminham juntas.

2. JUSTIFICATIVA

A educação deve ser acolhedora, buscando atender a todos, de maneira livre de preconceitos, sendo um deles o preconceito religioso. A partir do momento em que o Estado assume a laicidade, as escolas públicas tornam-se laicas também. Segundo Cavalcanti (2011, p.180), “há que se observar que a questão da diversidade cultural religiosa em nosso país relaciona-se ainda com questões raciais e socioeconômicas, o que a torna mais complexa ainda”. Dessa forma, é necessário que todos os envolvidos na área da educação compreendam a importância e o respeito às diferentes religiões trazidas por cada estudante, para uma boa convivência no ambiente escolar. A palavra religião segundo DaMatta (1991) “como se sabe, vem do latim e tem, no sentido original, a ideia de laço, aliança, pacto, contrato e relação que deve nortear os elos entre deuses e homens e, por isso mesmo, dos homens entre si” e ainda afirma que “a religião, assim, seria um modo de permitir uma relação globalizada não só com os deuses, mas também com todos os homens e com os seres vivos que formam o nosso mundo”. Porém, infelizmente, ainda vivemos o preconceito que está enraizado em nossa sociedade, o que nos faz refletir se estamos de fato preparados para trabalhar essa temática em sala de aula, sem reproduzir o proselitismo e o preconceito religioso.

Segundo Domingos (2009, p.45), “é a laicidade que permite a convivência pacífica entre as religiões e o respeito aos indivíduos que optam por não professar nenhuma religião”. É fundamental que as instituições públicas compreendam o Estado laico, para que este possa ser vivido dentro do ambiente escolar. A autora ainda afirma que “a escola é o espaço onde esses universos culturais se encontram, onde os conflitos podem se acirrar ou serem desarmados” (p.45). Por isso, é necessário que os profissionais da área da educação estejam preparados para lidar com essas diferenças, buscando o respeito, acima de tudo, e buscando acolher a todos os estudantes de forma igualitária.

3. OBJETIVOS

3.1 Geral

Analisar de que maneira a formação dos educadores no ensino superior interfere nas práticas em sala de aula, associados a religiosidade

3.2 Específicos

- Observar se existe a religiosidade na escola pesquisada;
- Observar se é trabalhado o respeito à pluralidade religiosa na instituição;
- Verificar as metodologias utilizadas para trabalhar as questões religiosas na instituição pública educacional;

4 METODOLOGIA DA PESQUISA

Durante o estágio obrigatório, com carga horária de 240 horas, pude observar o quanto a religião ainda está presente no dia a dia da instituição. As observações foram feitas durante o primeiro e o segundo semestre de 2016.

Além da observação longitudinal, foi realizado um questionário semiaberto (apêndice 2) com dez perguntas fechadas e abertas referentes a religião, a pluralidade religiosa no âmbito escolar e a formação dos educadores dessa instituição. Os objetivos do questionário foram: a) delinear o perfil dos docentes da Escola Criativo (nome fictício), b) investigar as suas compreensões sobre a importância do ambiente escolar na formação ética, moral, identitária e nas relações sociais dos estudantes; e c) analisar de que maneira é introduzida a religião na sala de aula.

4.1 Conhecendo a instituição e sua comunidade

A Escola Criativo, atende do 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental 1 (anos iniciais), está situada na M-Norte um bairro localizado em Taguatinga, uma região administrativa do Distrito Federal, com aproximadamente vinte e três quilômetros de distância até a capital do país. A escola possui uma infraestrutura bastante antiga que funciona de forma improvisada há 23 anos, contendo oito salas de aula com estruturas de ferro, sem forro e muitos ventiladores estragados, cadeiras antigas e muitas delas estão quebradas. Sem quadra de esporte e local para as crianças brincarem, os educandos improvisam a diversão nos corredores que dividem a escola.

São atendidas em torno de 388 crianças, de primeiro ao quinto ano, nos turnos matutino e vespertino. São atendidas crianças das classes populares, sendo a maioria negra e predominantemente meninos. A comunidade que está ao redor da escola é constituída por famílias humildes de baixa renda. O bairro possui inúmeras igrejas católicas e evangélicas, além de diversas escolas públicas e particulares.

Composta por dezesseis professores, predominando professoras. São formados em pedagogia em instituições particulares, além de alguns monitores que acompanhavam as crianças com deficiência.

Através do Projeto 4 (estágio supervisionado), pude observar o quanto a escola está precária. Presenciei os alunos recebendo da escola biscoito de água e sal como lanche. Pude perceber, também, a carência de materiais, tanto da Secretaria de Educação quanto por parte dos estudantes. A professora, supervisora de estágio, não fez o uso do livro didático durante longos meses que estive na escola, pois ainda não haviam sido entregues números suficientes para todos os estudantes. Foi observado que alguns alunos não possuíam nem mesmo materiais básicos, como borracha, apontador, lápis de cor. A professora buscava formas para ensinar os estudantes por meio de atividades copiadas, cópias no quadro negro e até mesmo emprestando alguns de seus materiais pessoais.

4.2 Participantes da pesquisa

Os questionários (apêndice 2) foram respondidos por doze professores, sendo onze mulheres e apenas um homem, reforçando a tese da feminilização da educação no Brasil. Em relação ao tempo de trabalho na educação, cinco responderam que tinham entre onze a vinte anos de atuação, quatro responderam de um a cinco anos, dois responderam que tinham vinte e um anos ou mais, e apenas um entre seis e dez anos de atuação, ou seja os participantes da pesquisa são professores com bastante experiência profissional. Entre os doze participantes, apenas um não pertencia a alguma religião, enquanto oito se declararam como católicos e três se declararam como evangélicos.

5. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Durante a aplicação do questionário, foi perceptível a inquietação dos professores, principalmente ao me apresentar como estudante da Universidade de Brasília. Busquei realizar a pesquisa de forma tranquila, para que todos se sentissem bem e respondessem verdadeiramente às questões propostas. Foi necessário reforçar a importância do questionário e que não haviam respostas certas ou erradas, pois algumas professoras insistiam em buscar respostas na *Internet* ou pedir ajuda a alguém. As professoras mais antigas também não buscaram responder as questões abertas, pois alegavam cansaço.

Em relação a prática docente, seis educadores responderam que o ensino religioso se faz presente parcialmente em suas práticas, quatro afirmaram que o ensino religioso está presente e apenas dois declararam não. Ao serem questionados sobre se sentirem preparados/confortáveis para trabalhar com essa temática em sala de aula, seis responderam que se sentiam preparados e a outra metade afirmou que não.

Entre os seis educadores que afirmaram trabalhar com o ensino religioso e que se reconhecem preparados para trabalhar essa temática em sala de aula, apenas três buscaram responder a questão aberta que buscava associar palavras as suas respectivas religiões e os seus significados, enquanto os demais simplesmente ignoraram a questão.

É necessário destacar que essa questão aberta muitos educadores além de não saberem associar as palavras às religiões, também não souberam escrever os significados de cada uma delas. Apenas quatro educadores buscaram responder a questão, três deixaram a questão em branco e cinco educadores (quatro católicos e um evangélico) responderam apenas a palavra Deus, que coincidentemente ou não é a divindade do cristianismo. Obtive respostas como “ser supremo, criador de todas as coisas”, “ser supremo, na minha fé é tudo”, “criador de tudo, amor eterno”, “único, salvador”, “criador da vida e do universo”. Vale ressaltar que entre esses cinco educadores, quatro buscam trabalhar com o ensino religioso em sala de aula.

Durante sua formação acadêmica, seis educadores afirmaram que contemplaram essa temática em sua graduação. Apenas dois afirmaram que foi trabalhado ainda que de forma parcial e quatro declararam que a questão

religiosa de forma alguma foi trabalhada, sendo que destes, três afirmam a prática do ensino religioso em sala de aula. Logo, é fundamental nos preocuparmos de que maneira está sendo inserido esse ensino da licenciatura.

Durante a formação continuada, os doze educadores afirmaram que nunca participaram de cursos/atividades/seminários voltados para o Ensino Religioso ou o respeito à diversidade religiosa no Brasil organizados pela secretaria de Educação. Este é um resultado bastante preocupante, pois é notória a presença dessa temática nas escolas públicas. Além disso, oito professores afirmaram ser essencial trabalhar esse assunto em sala de aula e apenas três discordaram, informando que “a família é quem tem que abordar” sobre o assunto.

Durante a vivência como docente, apenas quatro buscaram aprofundar seus conhecimentos acerca dessa temática e oito educadores não procuraram nenhuma formação sobre o ensino religioso. Esses quatro docentes não conseguiram associar e responder as palavras voltadas as religiões na questão aberta. Além disso, dos oito educadores que não procuraram ou não tiveram oportunidade de aprofundar seus conhecimentos sobre o tema, seis afirmam trabalhar com a temática religiosa em sala de aula.

Os resultados do nosso estudo exploratório sinalizam a possibilidade de que esses professores não estão preparados para trabalhar com essa temática em sala de aula. Segundo Amaral (2008):

ao oferecer uma visão religiosa como fosse única, ou um ensino religioso homogêneo e homogeneizante, sem respeitar as diferenças que são algumas vezes sutis, outras estruturais, pode favorecer a discriminação de múltiplas formas como também o menosprezo da diversidade. Assim, paradoxalmente, de agência promotora de direitos, pode a escola passar a ser promotora de algo que viola os direitos humanos consagrados por inúmeras convenções internacionais e garantidos pela Constituição Federal (AMARAL, 2008, p.40)

Como observado, a religiosidade existe no dia a dia desta instituição e os resultados da pesquisa nos sinalizam a necessidade de investir na formação inicial dos educadores e, na formação continuada sobre esse tema na Secretaria de Educação do Distrito Federal. O tema é importante para se criar uma cultura escolar de respeito à diversidade religiosa e para se vivenciar uma educação respeitosa, acolhedora, democrática e inclusiva.

Ao longo dos meses (março a novembro de 2016) de observação, pude perceber que os gestores, antes de iniciarem as aulas, se reuniam com os estudantes no pátio da escola para realizar uma oração, o Pai Nosso, que é a oração mais conhecida do cristianismo. Além disso, na turma em que realizei o estágio, durante o período do lanche, os alunos eram selecionados para realizar uma oração na frente dos colegas, sendo pré-estabelecida pela professora regente.

Considerando que esta pesquisa possui caráter exploratório, indicamos algumas perguntas a partir dos resultados à nossa pesquisa, a serem aprofundadas em futuras pesquisas: como quatro educadores afirmam que o ensino religioso está presente em sala se não se sentem preparados para trabalhar com essa temática? Então, de que forma está sendo trabalhada esse assunto tão importante? Será que esses educadores conseguem abranger a todos, buscando uma educação igualitária, respeitando a diversidade religiosa brasileira e livre de preconceitos?

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento desse trabalho nos faz compreender a importância de ser debatido o respeito à diversidade religiosa no Brasil, em sala de aula, durante a formação de professores e na formação continuada, pois nossos resultados indicam um despreparo dos educadores ao lidar com a religiosidade no ambiente escolar.

É fundamental que a sociedade e principalmente aqueles que trabalham diretamente com o ensino tenham consciência de que essa temática é de extrema importância para a formação de indivíduos tolerantes e respeitosos com a diversidade religiosa brasileira. É importante que os educadores busquem conhecer as diversas religiões existentes no Brasil, para que, assim, possam trabalhar de forma imparcial e acolhedora. É primordial que os professores consigam separar suas crenças e seus ideais pessoais do ambiente escolar, para que não ocorra proselitismo religioso e desrespeito às fés dos estudantes.

É desumano imaginar que uma escola, em pleno século XXI, reforce ainda a mesma intolerância do período escravocrata e tente “salvar almas” assim como os jesuítas faziam no século XVI. Naquele período, quando ainda se buscavam territórios para domínio, foi compreensível a necessidade da criação da companhia de Jesus. Porém, atualmente, com tantas informações, pesquisas e estudos referentes à influência da religião no ambiente escolar brasileiro, é inadmissível permitir que educadores assumam turmas sem estarem preparados para lidar com a diversidade religiosa do país.

Com a recente aprovação do Supremo Tribunal Federal de manterem o ensino religioso confessional nas escolas públicas, refletimos sobre os grandes impactos na educação, dando margem para a doutrinação e proselitismo religioso dentro das escolas públicas brasileiras. O ensino religioso confessional não nos permite contemplar todas as religiões, e pode reforçar o preconceito religioso dentro de nossas escolas.

É fundamental que tenhamos consciência de nossas culturas e de todo o processo de hibridização, negação e omissão de determinados grupos culturais e identitários, para que, assim, possamos reconhecê-los e trabalhá-los de forma

positiva dentro das instituições de ensino. Infelizmente, ainda hoje, casos de discriminação e preconceito estão presentes no ambiente escolar, sendo muitas vezes desconsiderados ou vistos como brincadeiras inofensivas. É necessário problematizar, desnaturalizar e desvendar estes preconceitos para que a escola não seja um contexto de reprodução de padrões monoculturais impostos pela maioria. Portanto, é necessário o diálogo em sala de aula esclarecer abertamente sobre a discriminação religiosa e seus efeitos na sociedade como um todo.

A escola é estruturada como um encontro de diferentes culturas e linguagens, que estão presentes e são produzidas e reproduzidas diariamente. É fundamental que as educadoras e educadores estejam preparados para enfrentar as questões até aqui abordadas, não somente para proporcionar o conhecimento de diferentes linguagens e culturas, mas para promover diferentes experiências culturais, mobilizando diversos recursos disponíveis no âmbito escolar e na sociedade.

Em uma educação multicultural, o principal objetivo é que o docente venha a reconhecer a diversidade cultural, as diferenças e construa a igualdade, para que possam atuar como agentes sociais e culturais, colaborando para a construção de uma sociedade mais justa e democrática. Enfatizamos a necessidade de maior atenção à formação dos educadores e de estimular mais pesquisas acadêmicas sobre o assunto. Com isso, aumenta as possibilidades de produção, inclusive, de material didático voltados à temática.

PERSPECTIVAS PROFISSIONAIS

A pedagogia me permitiu viver caminhos novos e a me encontrar como profissional. Hoje, revendo tudo o que foi trilhado, me sinto privilegiada por tantas oportunidades. A UnB é um espaço incrível para os estudantes. Conheci Doutores experientes e dedicados à educação, pessoas incríveis que pude ter o contato nas disciplinas, desenvolvendo um diálogo construtivo e acolhedor.

Hoje, o meu principal objetivo é dar início a um projeto no Senado Federal, desenvolvido por mim, para a alfabetização dos funcionários terceirizados. Além disso, pretendo iniciar o mestrado e, posteriormente, o doutorado com a mesma linha de pesquisa do meu trabalho de conclusão de curso, pois esse assunto é de extrema importância e não deve ser esquecido.

Pretendo, além de atuar como pedagoga em alguma instituição de ensino, trabalhar com movimentos populares de forma voluntária. Futuramente, pretendo retornar à Universidade de Brasília como docente e poder contribuir para a melhoria da educação.

REFERÊNCIAS

AMARAL, Jr. Alberto do. Direitos Humanos e a Constituição Federal de 1988. In, FISCHIMANN, Rosley (org). **Ensino Religioso em Escolas Públicas: Impactos sobre Estado Laico**. Grupo de Pesquisa "Discriminação, Preconceito e Estigma - FEUSP. São Paulo: FAFE/FEUSP/PROSARE/Mac Arthur Foundation, Factash, 2008.

AZEVEDO, Fernando de. **A transmissão da cultura: A transmissão da cultura parte 3**. São Paulo: Melhoramentos/INL, 1976. (5.ed da obra "A cultura brasileira")

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Brasília, 1996.

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. **Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências**. Brasília, 2014.

CANDAU, Vera Maria. **Multiculturalismo e educação: desafios para a prática pedagógica**. In: Multiculturalismo: diferenças culturais e práticas pedagógicas. 2. ed. - Petrópolis, RJ: Vozes, 2008. p.13-37.

CANDAU, Vera Maria. **Crianças e adolescentes face aos direitos econômicos, sociais e culturais**. In: Revista Dêagá, (Fundação Bento Rubião), n. 1, Rio de Janeiro, 2000, p.8-11.

CAPUTO, Stela Guedes. **Ogan, adósu*, òjè, ègbónmi e ekedi O candomblé também está na escola. Mas como?** In: Multiculturalismo: diferenças culturais e práticas pedagógicas. 2. ed. - Petrópolis, RJ: Vozes, 2008. p.149-181.

CAVALCANTI, Alberes de Siqueira. **Currículo e Diversidade Cultural: uma abordagem a partir do Ensino Religioso nas escolas públicas**. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão. Fundamento – Revista de Pesquisa em Filosofia, v. 1, n. 3, 2011. p. 172-186.

CAVALLEIRO, Eliane dos Santos. **Do silêncio do lar ao silêncio escolar - Racismo, preconceito e discriminação na educação infantil**. São Paulo: Contexto. 2000.

CUNHA, Luiz Antônio. **A Educação Brasileira na Primeira Onda Laica: do Império à República**. Rio de Janeiro: Edição do Autor, 2017.

Educação básica: coletânea de legislação. – Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2017.

DAMATTA, Roberto. **Os caminhos para Deus**. In: O que faz o Brasil, Brasil? Rio de Janeiro: Rocco, 1991, p.109-118.

DOMINGOS, Marília de Franceschi Neto. **Ensino Religioso e Estado Laico: uma lição de tolerância**. São Paulo: Revista de Estudos da Religião, 2009, p.45-70.

FORQUIN, Jean-Claude. **Escola e cultura: as bases sociais e epistemológicas do conhecimento escolar**. Tradução: Guacira Lopes Louro. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.

Haidar, M. de L. M. A instrução popular no Brasil antes da República. In: Brejon, M. (Org.). **Estrutura e funcionamento do ensino de 1º e 2º graus**. São Paulo: Pioneira, 1973. p. 37-51.

HOLANDA, S. B. de. **História geral da civilização brasileira: a época colonial**. v. 1, 8.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Características gerais da população, religião e pessoas com deficiência**. Rio de Janeiro, 2010. p. 89-105.

MACIEL, Lizete Shizue Bomura; NETO, Alexandre Shigunov. **Educação brasileira no período pombalino: uma análise histórica das reformas pombalinas do ensino**. Educação e Pesquisa, v. 32, n. 3, São Paulo, 2006.

MOREIRA, Antônio Flávio Barbosa & CANDAU, Vera Maria. **Educação escolar e culturas: construindo caminhos**. Revista Brasileira de Educação, n. 23, 2003.

MOREIRA, Antônio Flávio; CANDAU, Vera Maria. **Multiculturalismo: diferenças culturais e práticas pedagógicas**. 2. ed. - Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

PAIVA, José Maria de. Educação jesuítica no Brasil colônia. In: Lopes, E.M.T et al (Org.). **500 anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte, 2000, p. 43-59.

PEREZ GÓMEZ, A.I. **A cultura escolar na sociedade neoliberal**. Porto Alegre, 2001.

RIBEIRO, Maria Luísa Santos. **História da educação brasileira: a organização escolar**. 15ª ed. São Paulo: Cortez, 1998.

STOER, Stephen; CORTESÃO, Luiza. **Levantando a pedra: da pedagogia Inter/Multicultural às políticas educativas numa época de transnacionalização**. Porto: Afrontamento, 1999.

TEIXEIRA SOARES, Á. **O Marquês de Pombal**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1961.

URBAN, Ana Cláudia; LUPORINI, Teresa Jussara. Direitos humanos e diversidade étnico-cultural. In: **Aprender e ensinar História nos anos iniciais do Ensino Fundamental**. Cortez editora, 2015, p. 90-129.

VALENTE, Gabriela Abuhab. **A religiosidade na prática docente**. 2015. 120p. Dissertação (Mestrado- Programa de Pós-Graduação em Educação. Área de concentração: Sociologia da Educação). Faculdade de Educação da Universidade São Paulo.

PARTE 3

“A única arma para melhorar o planeta é a Educação com ética. Ninguém nasce odiando outra pessoa pela cor da pele, por sua origem, ou ainda por sua religião. Para odiar, as pessoas precisam aprender, e se podem aprender a odiar, podem ser ensinadas a amar.”

Nelson Mandela

APÊNDICES

Apêndice 1: TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezado (a) participante:

Sou estudante do curso de Graduação da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília, na área de Pedagogia. Estou realizando uma pesquisa sob supervisão do professor José Zuchiwschi, cujo objetivo é analisar de que maneira a formação dos educadores interferem nas práticas voltadas à pluralidade religiosa trabalhadas em sala de aula.

Sua participação envolve responder ao questionário, anonimamente, sendo ela voluntária. Se você decidir não participar ou quiser desistir de continuar em qualquer momento, tem absoluta liberdade de fazê-lo.

Na publicação dos resultados desta pesquisa, sua identidade será mantida no mais rigoroso sigilo. Serão omitidas todas as informações que permitam identificá-lo(a).

Mesmo não tendo benefícios diretos em participar, indiretamente você estará contribuindo para a compreensão do fenômeno estudado e para a produção de conhecimento científico.

Quaisquer dúvidas relativas à pesquisa poderão ser esclarecidas pela pesquisadora pelo e-mail alineltrindade@outlook.com.

Atenciosamente,

Aline Lopes da Trindade

Local e data

Matrícula (UnB): 14/0015361

Apêndice 2: QUESTIONÁRIO

Cargo: _____

1) Tempo de Atuação na educação:

- () 1 a 5 anos.
() 6 a 10 anos.
() 11 a 20 anos.
() 21 anos ou mais.

2) Pertence a alguma religião?

- () Sim. Qual? _____
() Não.

3) Em sua prática docente, o Ensino Religioso se faz presente?

- () Sim.
() Não.
() Parcialmente.

4) Você acredita que seja essencial abordar essa temática em sala de aula?

- () Sim.
() Não.

5) Durante sua formação acadêmica, você contemplou debates acerca dessa temática?

- () Sim.
() Não.
() Parcialmente.

6) Você se sente preparado/confortável para trabalhar com essa temática em sala de aula?

- () Sim.
() Não.

7) Em sua formação continuada, você participou de cursos/atividades/seminários organizados por algum órgão da Secretaria de Educação, voltada para o ensino religioso?

- () Sim.
() Não.

8) Durante sua vivência como docente, você já buscou aprofundar seus conhecimentos acerca dessa temática?

() Sim.

() Não.

9) Caso tenha marcado **sim** ou **parcialmente** à questão 05, explique resumidamente como foi trabalhado. Caso tenha respondido **não**, você acredita que a falta dessa abordagem durante sua formação atrapalha a sua atuação em sala de aula?

10) Associe as palavras da primeira coluna às respectivas religiões e, em seguida, escreva, com suas palavras, o significado de cada uma de forma sucinta:

- | | |
|-------------|--------------------|
| (1) Deus | () Budismo |
| (2) Olorum | () Judaísmo |
| (3) Nirvana | () Hinduísmo |
| (4) Kipá | () Afrobrasileira |
| (5) Alcorão | () Cristianismo |
| (6) Carma | () Islamismo |

Deus = _____

Olorum = _____

Nirvana = _____

Kipá = _____

Alcorão = _____

Carma = _____



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

**O RESPEITO À PLURALIDADE RELIGIOSA NO ENSINO
PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL: UM ESTUDO
EXPLORATÓRIO**

Aline Lopes da Trindade

Brasília - DF
NOVEMBRO DE 2017